

PODER E TEMPO MUNDIAL

**HISTÓRIAS, CONJECTURAS E
EIXOS PROBLEMÁTICOS**

Silvério da Rocha-Cunha
Maria de Deus Manso
(Coords.)

lúmus

Vivemos um tempo de rutura, embora não possamos deixar de considerar as longas durações, os ciclos longos, que historiadores como Braudel tão bem explicaram em obras fundamentais. Mas, porque vivemos tempos de rutura, vivemos igualmente acontecimentos que constituem como pontos onde desaguam processos mais complexos e lentos, por vezes sinuosos, por entre *corsi* e *ricorsi*, como disse Vico, e que pela sua amplitude enquanto acontecimentos nos obrigam a considerar novos tempos, ou a olhar o passado como sendo eras que de algum modo fecharam o seu ciclo. Neste sentido, pode falar-se, como o fizeram Jaspers ou Eisenstadt, de uma “era axial”, por exemplo, que pode ter chegado, ou não, ao seu fim.

(...) estes textos, analisando contextos, identidades, problemas de língua e cultura, são textos sobre o Poder, em torno do qual giram, de múltiplas maneiras, as novas demandas de povos e gentes que antes nunca tiveram uma voz.

ISBN 978-989-755-406-3



9 789897 554063



Centro de
Investigação em
Ciência Política



UNIVERSIDADE DE ÉVORA



Universidade do Minho



REPÚBLICA
PORTUGUESA



FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Índice

7	Nota prévia
11	Poder, família, escravidão: o intrincado caso da liberta Lauriana Rodrigues no sertão da capitania de Pernambuco, América portuguesa, em meados do século XVIII <i>Alexandre Bittencourt Leite Marques</i>
35	Poder de Estado e relações internacionais: a pendular condução da diplomacia brasileira <i>Belarmino de Jesus Souza</i>
59	Frei Roberto de Jesus, um qualificador inquisitorial na Bahia Colonial: memória e poder eclesiástico <i>Gracye Mayre Bonfim Souza</i>
81	Ser mulher nos Bijagós: jogos de poder, igualdade ou super(infe)rioridade? <i>Joseph Abraham Levi</i>
103	Poder, sociedade e práticas caritativas nas áreas de mineração da América portuguesa no século XVIII: as irmandades das Almas nas vezes da Misericórdia <i>Manoela Vieira Alves de Araújo</i>
125	Ausências de identidades num mundo em fragmentação? <i>Marco António Baptista Martins</i>
139	Tempo Mundial e Democracia: três conjecturas sobre uma composição improvável <i>Silvério da Rocha-Cunha</i>

PODER E TEMPO MUNDIAL: Histórias, Conjecturas e Eixos Problemáticos

Coordenação: Silvério da Rocha-Cunha
Maria de Deus Manso

Capa: Sal Design Studio

© 2019, Autores e Edições Húmus

Edições Húmus, Lda., 2019
End.Postal: Apartado 7081
4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão
Tel. 926 375 305
humus@humus.com.pt
ISBN: 978-989-755-406-3

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão
1.ª edição: Abril de 2019
Depósito Legal n.º: 454976/19

Ausências de identidades num mundo em fragmentação?

Marco António Baptista Martins*

O surgimento desses novos atores que têm vindo a utilizar e a acompanhar na década post-queda do Muro de Berlim, a extensão de sistemas e vias de comunicação, desde o tradicional correio, aos transportes aéreos, terrestres e marítimos ao mundo cibernético, interligando o mundo, sem sequer ter a necessidade de deslocação, geram um novo papel do Homem.

Precisamente, recordando a complexidade crescente e o processo biológico de hominisation observados pelo Padre Pierre Teilhard de Chardin no Fenómeno Humano (1955), ampliaríamos aqui à implicação da noção de continuidade ao tentar diferenciar o real do irreal e de igual forma das distintas conexões de rede que se vão verificando, dessa espécie de sentimento de dualidade e posteriormente de cumplicidade cibernética, na qual se parte à descoberta, do objeto humano à medida que as relações interacionais evoluem e se adaptam.^[1]

A causa de todas estas consequências provém, conjuntamente, da velocidade comunicacional da informação tal como referido por Marshall McLuhan ao alertar para essa circunstância, possibilitando o despertar de um estado de implosão social

* Doutor em Relações Internacionais. Professor Auxiliar da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. Membro integrado do Centro de Investigação em Ciência Política.

1 Cfr. Chardin, Pierre Teilhard de – *Le Phénomène Humain*. Paris: Seuil, 2000, p. 282.

em resultado da ausência de identidade sentida por cada ser humano, para além de ansiedades e de violências engendradas.^[2]

De facto, todo o efeito emanado deste longo processo de globalização provoca uma alteração significativa dos padrões educativos, sociais, culturais, demográficos, económicos e financeiros, resultando numa maior interdependência da teia de redes entre as sociedades civis com tendência a transformarem-se numa sociedade civil global enquanto novo ator das relações internacionais e instrumento/ arma estratégica quer de soft power quer de hard power na concretização e defesa do interesse nacional de cada estado.

No seio dessa sociedade civil, a existência de discrepâncias agravadas pelo distanciamento entre a chamada geografia da informação e a concentração do poder económico/financeiro como por exemplo Londres, Nova Iorque, Tóquio, Paris, Hong Kong, provindo do volume de transações diárias, encaminha à combinação sob a aparência de e-economy de redes para além fronteiras isentas de fusos horários, no cruzamento de intersecções do sentido físico e digital da localização espaço-temporal das relações internacionais à política internacional económica.

Nesta circunstância, o surgimento de uma subeconomia inserida via estrutura de rede, em que, de acordo com Guy Garron de la Carrière, a diplomacia se auxilia da economia e esta última se disponibiliza ao serviço da política externa.^[3] O governo assiste-se da arma económica na arena internacional, para atingir os seus fins ou defender os interesses do estado, desde o apoio financeiro ao embargo, reconhecem-se a esse título os casos de Cuba, dos Estados Unidos e da Venezuela.

2 Cfr. McLuhan, Marshall; Powers, Bruce R. – *The Global Village. Transformations in World Life and Media in the 21st Century*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 98.

3 Cfr. Carron de la Carrière, Guy – *La Diplomatie Économique. Le Diplomate et le Marché*. Paris: Economica, 1998.

Anote-se a atribuição crescente da relevância e da influência da sociedade civil nas relações internacionais. Retomemos os 14 Pontos de Wilson, datados de 8 de Janeiro de 1918,^[4] que demarcam o princípio democrático para as relações internacionais no contexto post-Primeira Guerra Mundial. O primeiro ponto anuncia-se de uma importância conspícua por abolir a diplomacia secreta, considerada uma das fontes causais de conflito. A abertura do campo diplomático à sociedade civil manobra-se na garantia da construção de um estado democrático na abertura de diálogo e no processo de consultas aquando da tomada de decisão para que a informação circule ao invés de permanecer restringida ao à elite governante.

O Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, aspira ampliar o campo diplomático ao público, à sociedade civil no domínio da participação da opinião pública, para que se dissolva a rigidez formal em nome da restauração da confiança perdida, da abertura da democracia e da segurança da monarquia britânica projetada em direção ao exterior pelo facto de liberdade nem ser ideologia nem regime.

Portanto, a passagem da diplomacia para a opinião pública, leia-se sociedade civil, deixa de ser algo de abstrato, de secreto, reservado ao campo exclusivo diplomático. Assim se compreende o crescente posicionamento nas mais diversas áreas de atuação da sociedade civil, mas ainda longe de ser considerada um ator das relações internacionais no campo de atuação do Estado. Precisamente, Jorge Borges de Macedo sustenta o

4 Primeiro ponto: “1.º *Acordos de paz concluídos abertamente, após os quais não haverá mais acordos internacionais privados, seja qual for a sua natureza, mas a diplomacia procederá sempre franca e publicamente.*” Cfr. Albuquerque, Celso – “Os 14 Pontos de Wilson”, in Moreira, Adriano; Bugallo, Alejandro; Albuquerque – *Legado Político do Ocidente: o Homem e o Estado. Estratégia*. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto D. João de Castro, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1995. Vol. VIII, p. 212.

posicionamento da política externa do Estado na arena internacional face aos seus parceiros ou adversários.^[5]

Neste terceiro milénio, este novo sentido das relações internacionais baseia-se no redesenhar de uma nova cartografia posterior de Setembro e na sequência eleitoral de Presidentes como Donald Trump e Jair Bolsonaro, alicerçada na junção de inúmeros vetores que se confundem atualmente com os assuntos do domínio da esfera doméstica de cada estado. Diga-se de passagem que o Embaixador Alberto Franco Nogueira, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na década de 60, ao longo da sua obra advoga a imperatividade da manutenção de uma direttriz firme, na qual a capacidade é reveladora de isenção total a inferências político-ideológicas da definição à execução da política externa, em nome da defesa do seu interesse nacional, aplicando-se igualmente na eventualidade de uma situação considerada de crise permanente.^[6]

Num sistema de complexidade crescente, a diplomacia acompanha o evoluir da perceção espaço-temporal da execução da política externa na prossecução da defesa do interesse nacional, como uma extensão do doméstico para a arena internacional, apoiando-se ou não em parceiros estratégicos que envolvam de pleno a sociedade civil e a componente tecnológica na formação da estrutura de rede no caminho para a cyborgisation do estado e do indivíduo.

5 Segundo Jorge Borges de Macedo: “*A verdadeira política externa é a forma específica, à altura das suas forças, como cada estado se apresenta no mundo, perante as outras potências, em condições de jogar os seus recursos, de modo a manter a independência que o mesmo é dizer a capacidade colectiva.*” Cfr. Macedo, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1987, p. 8.

6 Sobre este assunto vide: Nogueira, Franco – *Diálogos Interditos. A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*. Lisboa: Ed. Intervenção, 1979. Vol. 1. Nogueira, Franco – *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*. Porto: Livraria Editora Civilização, 1987.

Para Raymond Aron, o interesse dessa crise tende modificar ou alterar o sistema internacional do que o manter. Na perspectiva do mesmo, o sistema internacional tem pouco de homeostático, sendo sobretudo um sistema que responde a múltiplos fatores pertencentes ao Estado ou resultantes das suas relações com movimentos que visam a modificação ou a sua alteração.^[7]

Se por um lado, a opinião pública consegue adquirir o poder suficiente para destronar o escol político, por outro lado, a mesma é passível de deter uma força superior capaz de alterar o rumo das negociações em curso, como por exemplo na esfera internacional, leiam-se os casos, entre outros, de Timor-Leste, de Israel, de Palestina e na área doméstica as manifestações públicas de desagrado quer na virtualidade (ciberespaço) quer na rua como força instigadora em relação às políticas executadas pelo aparelho político.

Com efeito, recordemos que a utilização do hard power ao smart power pela superpotência norte-americana tem proporcionado um efeito dominó na indagação de um equilíbrio mundial junto dos mais fracos, pela congregação de alianças estrategicamente pontuais, dotados de mecanismos ciberactivistas sejam eles de ordem religiosa, cultural, ideológica, social ou ambiental, sob uma plataforma económico-financeira, estando a provocar a ativação de novos de núcleos de poder, concretamente na área económica, modificando a sociedade, na qual as referências ideológicas e históricas manifestam-se cada vez mais desfasadas do tempo e isentas de valores referenciais.

Esta sociedade, de Século XXI, reclama uma identidade, uma consciência de identidade que se traduz no caminho a encontrar, no qual se procuram raízes de outrora para colmatar o desfasamento de diálogo entre a sociedade civil e a elite

7 Cfr. Aron, Raymond – “*Qu'est-ce qu'une Théorie des Relations Internationales?*”, *Revue Française de Science Politique*. Vol. XVII, n.º 5 (Octobre 1967), pp. 837-861.

política, além da financeira, ou ainda, recorrendo à perspectiva tridimensional do poder de Adriano Moreira, entre a sede do poder, dividida em sede de apoio e sede de exercício, com a sua forma, a sua ideologia, coincidente ou não e a relação do mesmo junto da sociedade civil.^[8]

O problema situa-se, ipso facto, na formação indispensável aos cidadãos para que estes se possam adaptar às novas realidades internacionais cuja velocidade se traduz num eixo de fibras óticas, não permitindo logicamente a mesma noção na interpretação do conceito de tempo ou sequer de sentido de existência de séculos passados por se viver em época de constante adaptação e reação entre estabilidade e instabilidade. Daí a importância de toda uma conjugação eficaz de adaptação à evolução dos tempos e do acompanhamento das relações internacionais na unidade virtual do mundo de resistência assimétrica, tendencialmente globalizante na esfera económico-financeira, numa diversificação do campo de ação do estado.

Perante a nova dinâmica da conjuntura internacional, os estados necessitam de convergir os seus interesses políticos, estratégicos e económicos de modo a se aproximarem na defesa de causas comuns, nomeadamente a questão ambiental para se evitar um desastre mundial de inabitabilidade deste planeta.

Diga-se de passagem que a formação de blocos regionais tem por desiderato a fusão de múltiplos interesses nacionais num único que se identificada em nome do coletivo, para posteriormente interagir nos diversos níveis regional e global, nos quais

8 Adriano Moreira entende o seguinte: "Vimos que, não apenas por organização conceitual, mas como resultado de uma evolução histórica, se distingue entre a sociedade civil e o aparelho do Poder, distinção que provavelmente só não é operacional para as sociedades que correspondam ao tipo de poder anónimo que ficou referido. Nesta perspectiva, o aparelho de poder ou Estado é entendido como um sistema que produz decisões irresistíveis, e o regime político é fundamentalmente a estrutura e dinâmica dos intervenientes na formação das decisões." Cfr. Moreira, Adriano – *Ciência Política*. Reimp.. Coimbra: Livraria Almedina, 1989, p. 151.

permitem não só maior desempenho como também incrementar a facilidade na capacidade de resposta em tempos de crises económico-políticas, incluindo intervenções militares pontuais ou crises financeiras globais, conservando assim a sua função de competência reguladora.

A partir da interação dos elementos supracitados, pressupõe-se a admissibilidade em conjeturar o favorecimento e a promoção dos estados quer na criação/integração quer no reforço dos blocos regionais, formais ou informais, concebidos a partir da imagem da realidade observada. Os blocos compõem por conseguinte subsistemas^[9] interligados em estrutura de rede e pretendem superar por essa via o contexto incerto post-II Setembro, sob a forma de resposta aos inputs e outputs do sistema global^[10] de unidade virtual.

Num outro ângulo, aplicando as afirmações de García Morente, partimos à descoberta de valores. O Homem quando descobre os valores, estes últimos passam a valer de forma intemporal, visto usufruírem de independência espaço-temporal. Naturalmente, admitimos que o Homem, com a sua faculdade e autoridade de julgar e resultante da sua ação diária, atribui valores numa posição assumida de não-indiferença diante de um acontecimento, facto, ou objeto. Essa não-indiferença institui uma tomada de posição, embora aparentemente não indicar um valor ora positivo ora negativo.

Todavia, a realidade observável envolve milhares de perspectivas, todas elas direta ou indirectamente produto de tomadas de posição, não resultando por conseguinte numa neutralidade por parte do indivíduo o que traduz a atribuição de um valor, mesmo que o indivíduo não pretenda assumir uma posição con-

9 Cfr. Kaplan, Morton A. – *System and Process in International Politics*. Rep. New York: Robert E. Krieger Publishing, 1975, p.19.

10 Cfr. Holsti, K. J. – *International Politics: A Framework for Analysis*. 7^a ed. New Jersey: Prentice-Hall International, 1995, p.52.

creta, termina sistematicamente contra a sua vontade ou posição de indiferença por outorgar uma carga valorativa. Refira-se, a posição de Paul Valadier (1933 -), jesuíta, no tocante ao recurso ao valor na qualidade de detentor de poder construtivo ao promover uma sociedade de liberdade no combate contra aqueles que pretendam assumir uma posição ora contrária à evolução ora destrutiva ao colocar em causa a harmonia da vida familiar.^[11]

Destarte, afirmamos a não existência de factos sem valor. Os valores representam consequentemente uma forma de estar e de ser na vida, localizados no espaço entre duas realidades indissociáveis: por um lado a objetividade e a subjetividade e, por outro lado, a relação do Homem para com o mundo. O que se encontra aqui patente subsiste no poder de preferência entre os valores, tratando-se neste campo de uma decisão pessoal do indivíduo ou pela racionalidade, na qual se questiona e se interroga sobre essa escolha, ou na forma de livre decisão sem recurso à análise técnica e sem condicionantes ligadas a determinismos.

Numa aceção nietzschiana, introduzindo na esfera em termos de vontade de poder quer em atuação quer em interpretações por parte do indivíduo e da sua consciência, como garante de si mesmo, cujo poder de decisão se prende e se resume no simples desejo de viver ou de morrer.^[12] Recorde-se a percepção metafísica de René Descartes ou platónica-aristotélica, no contínuo esforço de conhecer e de estabelecer a relação de causalidade do ser e do mundo para que se possa adquirir uma compreensão clarividente na aproximação da realidade do meio envolvente no qual se vive entre contradições identitárias aparentes na aceitação ou não da diferença do outro.^[13]

11 Cfr. Valadier, Paul – *A Anarquia dos Valores. Será o Relativismo Fatal?* Lisboa: Instituto Piaget, 1998, p. 17.

12 Cfr. Nietzsche, Friedrich – *La Génialogie de la Moral*. Gallimard, Collection Folio, 1989, p. 63.

13 Cfr. Descartes – *Les Méditations Métaphysiques*. Paris: Bordas, 1987.

Neste quadro, no espírito de Martin Heidegger, em os Caminhos da Floresta (1950), o ente torna-se no objeto de uma atribuição valorativa por edificar e constituir a imagem do mundo perante os outros entes. Dessa forma, cria-se um sistema cujo epicentro se localiza na conceção do mundo como imagem constituída pelo ente perante todos.^[14] Trata-se, nesta circunstância, de uma questão de representação e de interpretação do mundo conforme a imagem projetada de uma realidade factual para e por cada um dos indivíduos. Essa imagem, em forma de input, acaba por ser alvo, em output, de uma adulteração fomentada pela defesa do interesse nacional de cada estado na arena internacional ou ainda pela difusão de opiniões em redes sociais, incitando o apelo coletivo da sociedade civil quando descobre o valor real da imagem distorcida ou de fakes news, veja-se, entre outros, o caso do Iraque, o terrorismo, a religião, ou qualquer notícia que circule. Destarte, ao criar um juízo de valor não se pretende necessariamente julgar, porque um juízo sobre um assunto ou objeto possibilita clarificar a observação em relação ao facto. O importante funda-se em não perder a relação objetiva da unidade de conexão de pensamento e a correspondente perceptibilidade dimanada do ato de observação.

Hans-Georg Gadamer efetua uma reflexão exaustiva na procura da verdade no interior das ciências humanas (*geisteswissenschaften*), na qual aborda não só a importância da observação e do estudo no âmbito conceptual tendo em apreção a ideia de espírito (*geist*) como também o papel da história e da religião no cruzamento do estudo entre a filosofia e as ciências históricas.^[15] Diga-se de passagem que a indispensabilidade de se operar com novos conceitos e respetivas relações para que se possam deduzir

14 Cfr. Heidegger, Martin – “O Tempo da Imagem no Mundo”. In *Caminhos da Floresta*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 95-138, pp. 112-113.

15 Cfr. Gadamer, Hans-Georg – *Truth and Method*. 2.nd rev. ed.. London, New York: Continuum, 2004.

as correspondentes ilações que levam de certa forma à colocação de novas questões sem necessariamente estarem conectadas ou suportadas por princípios previamente edificadas.

Por conseguinte o cultivo da tomada de consciência da verdade humana prende-se mais com a noção de sentido comum (*sensus communis*) como modo de conhecimento e na habilidade de abstração daquilo que se possa considerar nas vertentes do real e do imaginário, ou numa acepção platónica e aristotélica da diferenciação da *mimesis* (representação da natureza, da imitação da realidade) da *diegesis* (da encenação, do contar). Por outras palavras, distingue-se a realidade de um facto acontecido da realidade imaginada de outro do como poderia ter sucedido. Nesse contexto, Ludwig Wittgenstein, no *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), aborda a relação entre o imaginário e o real cuja fronteira parece à primeira vista evidente e clara, mas à medida que se avança para o interior desse mesmo limite a observação daquilo que parece separar o imaginário do real, torna-se numa área de brumas.^[16] Ao considerar que no seio do imaginário reside uma substância real, a fronteira tende a tornar-se cada vez mais ínfima na nossa observação no tocante ao surgimento da tomada de consciência de dois mundos interligados, do real ao imaginário e do imaginário ao real.

A ausência da viagem do consciente ao subconsciente, na aceção freudiana, do pensamento e da ação do ser humano, de Aristóteles a Kant, da *theoria* à *praxis*, levaria o estudo da ciência não a uma floresta das relações internacionais,^[17] mas a um deserto na compreensão e no estudo dessa mesma floresta

16 Cfr. Wittgenstein, Ludwig – “Tractatus Logico-Philosophicus”. In Wittgenstein, Ludwig – *Tratado Lógico Filosófico. Investigações Filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 25-158, p. 32.

17 O termo de *floresta das relações internacionais* é utilizado por Adelino Maltez. Vide sobre este assunto: Maltez, José Adelino – *Curso de Relações Internacionais*. São João do Estoril: Principia, 2002.

das relações internacionais. No tocante ao mercado, realça-se que a partir da década de 80 assistimos ao surgimento do estado enquanto entidade reguladora que vem substituir o estado-providência (*welfare state*). Esta mudança ou alteração do papel do estado provoca uma redefinição das regras económicas que por sua vez constitui à primeira vista no reforço do poder regulatório indireto do estado. Na visão neoliberal, o estado vem reduzir o seu papel e incrementar o poder do sector privado e da sociedade civil.

Todavia, o facto de maior importância reside no impacto desse comportamento na sociedade e, por conseguinte, ao nível global, derivado da ideia de sociedade organizada e perfeita. A sociedade torna-se, no nosso ponto de vista, no reflexo do espelho do Homem, da sua racionalidade e irracionalidade, da sua consciência e inconsciência das ações levadas a cabo, tendo em linha de conta como refere Fernando Pessoa: (1) percepção universal em natureza da realidade, em comum com os animais; (2) percepção geral do mundo, em comum com os homens; (3) percepção particular, aquilo em que é diferente.^[18]

Diga-se de passagem que o indivíduo traduz a vida da sociedade, das relações surgidas e formadas do particular ao coletivo, entenda-se aqui levada para o resto da humanidade porque o indivíduo representa a alma real deste mundo em que todos vivemos. Ao compreender o lugar das relações internacionais, estaremos a compreender o funcionamento do mundo e da interação do Homem nas mais diversas formas de atuação, da empresa ao estado.

Daí a importância do estudo da perceptibilidade do mesmo na área das interações e na seleção das unidades e variáveis, para que possamos completar o campo de ação e da sua capacidade

18 Cfr. Pessoa, Fernando – *A Procura da Verdade Oculta. Textos Filosóficos e Esotéricos*. 2ª ed.. Mira-Sintra: Publicações Europa América, 1989, pp. 63 – 65.

de influência na arena internacional. Concretamente, Philippe Braillard examina o ser humano como parte integrante da interação internacional, derivado do seu papel considerado de essencial na existência e na formação de entidades sociais.^[19]

Notas finais

Para Giordano Bruno (1548 – 1600), frade dominicano natural de Nola, na Campânia, preso pela Inquisição, condenado por heresia e queimado vivo em Roma, para além de ter inspirado Bento Espinosa (1632 – 1677) na sua infinidade da substância decompõe nos seus escritos, nomeadamente em *Acerca do Infinito*, do *Universo e dos Mundos* (1584) uma questão que se prende com as noções de finito e de infinito. Assim, talvez a solução passe por temer menos o presente para que se possa analisar no seu conjunto por meio da prospetiva, por outras palavras, no futuro a advir. A resposta à insegurança conjuntural aparenta passar mais pelo tempo presente na observação atenta e crítica das relações internacionais do que pela divina Providência espaço-temporal consubstanciada nos princípios do finito ao infinito, entre uma cidade de Deus e uma cidade terrestre, na aceção de Santo Agostinho, na obra *De Civitate Dei*.^[20] O preenchimento do espaço deixado na forma de vácuo resultante dessa ligação passará pela conjugação da diversidade dos

19 Cfr. Braillard, Philippe “Uma Taxonomia Sistemática das Relações Internacionais”, in Braillard, Philippe – *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 500 – 516, p. 510.

20 Cfr. Cusa, Nicolau de – *A Visão de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 185 – 203.

mundos, sendo estes últimos inumeráveis, com a diversidade de lugares, em que cada parte se refere ao meio comum do todo.^[21]

Concebemos que a antecipação do saber, a tal providência ou capacidade de prognose emerge para além da pax timoris, situando-se sobretudo na reconciliação de oposições em nome de uma pax amoris. A pax amoris desenvolve-se pela formação de redes de ligação entre indivíduos com memória colocada no passado, para não esquecer erros ou atrocidades cometidas em nome da conquista do poder. Essas conquistas e as personalidades próprias encontram-se relatadas ao longo da obra de Hannah Arendt que a mesma refere a ambição de domínio mundial como uma realidade da qual a Humanidade não escapará do tudo é possível, envolvendo a transformação da própria natureza humana.^[22] O princípio subjacente à questão do domínio mundial centra-se na manutenção da ordem.

Bibliografia

- Albuquerque, Celso – “Os 14 Pontos de Wilson”, in Moreira, Adriano; Bugallo, Alejandro; Albuquerque, *Legado Político do Ocidente: o Homem e o Estado. Estratégia*. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Instituto D. João de Castro, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1995. Vol. VIII. Arendt, Hannah, *Les Origines du Totalitarisme. Eichmann à Jérusalem*. Paris: Gallimard, 2002.
- Aron, Raymond, “Qu’est-ce qu’une Théorie des Relations Internationales?”, *Revue Française de Science Politique*. Vol. XVII, n.º 5 (Outobre 1967), pp. 837-861.
- Braillard, Philippe, “Uma Taxonomia Sistemática das Relações Internacionais”, in Braillard, Philippe, *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 500-516.

21 Cfr. Bruno, Giordano – *Acerca do Infinito, do Universo e dos Mundos*. 3ª ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 18 – 19.

22 Vide Arendt, Hannah – *Les Origines du Totalitarisme. Eichmann à Jérusalem*. Paris: Gallimard, 2002.

- Bruno, Giordano, *Acerca do Infinito, do Universo e dos Mundos*. 3ª ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Carron de la Carrière, Guy, *La Diplomatie Économique. Le Diplomate et le Marché*. Paris: Economica, 1998.
- Chardin, Pierre Teilhard de, *Le Phénomène Humain*. Paris: Seuil, 2000.
- Cusa, Nicolau de, *A Visão de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- Descartes, *Les Méditations Métaphysiques*. Paris: Bordas, 1987.
- Gadamer, Hans-Georg, *Truth and Method*. 2ª rev. ed. London, New York: Continuum, 2004.
- Heidegger, Martin, "O Tempo da Imagem no Mundo". In *Caminhos da Floresta*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 95-138.
- Holsti, K. J., *International Politics: A Framework for Analysis*. 7ª ed. New Jersey: Prentice-Hall International, 1995.
- Kaplan, Morton A., *System and Process in International Politics*. Rep. New York: Robert E. Krieger Publishing, 1975.
- Macedo, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1987.
- McLuhan, Marshall; Powers, Bruce R., *The Global Village. Transformations in World Life and Media in the 21st Century*. New York, Oxford: Oxford University Press, 1992.
- Maltez, José Adelino, *Curso de Relações Internacionais*. São João do Estoril: Principia, 2002.
- Moreira, Adriano, *Ciência Política*. Reimp.. Coimbra: Livraria Almedina, 1989.
- Nietzsche, Friedrich, *La Génalogie de la Morale*. Gallimard, Collection Folio, 1989.
- Nogueira, Franco, *Diálogos Interditos. A Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*. Lisboa: Ed. Intervenção, 1979. Vol. I.
- Pessoa, Fernando, *A Procura da Verdade Oculta. Textos Filosóficos e Esotéricos*. 2ª ed.. Mira-Sintra: Publicações Europa América, 1989.
- Valadier, Paul, *A Anarquia dos Valores. Será o Relativismo Fatal?* Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- Wittgenstein, Ludwig, "Tractatus Logico-Philosophicus". In Wittgenstein, Ludwig, *Tratado Lógico-Filosófico. Investigações Filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 25-158.

Tempo Mundial e Democracia: três conjecturas sobre uma composição improvável

Silvério da Rocha-Cunhá

I — Mudança e permanência, eis duas ideias que parecem, nos tempos de hoje, de difícil articulação. Tema difícil, porquanto tipicamente novo no sentido de moderno. Como já foi notado, o decurso do tempo moderno é estonteante se comparado com a lentidão dos cem mil anos de evolução do Homo Sapiens, da escrita desde há uns seis mil anos, da agricultura com dez mil e obras de arte com trinta mil⁽¹⁾. Mas esta sensação é produto de uma evolução que se estendeu por mais de trezentos anos, caracterizando-se por uma consciência de superioridade relativamente a épocas anteriores, mas igualmente com a "consciência de que a própria modernidade de uma época era o passado de um futuro a chegar"⁽²⁾, um tempo por completo aberto ao novo e também prospetivista. Esta nova visão do tempo conectou-se, portanto, em termos naturais, com o subjetivismo e a liberdade de consciência moderna, elevando a reflexão e a Razão como absolutos⁽³⁾. O que teve profundas consequências a partir do momento em que a dinâmica da Revolução Industrial operou

* Doutor em Teoria Jurídico-Política. Professor Associado com Agregação da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. Membro integrado do Centro de Investigação em Ciência Política.

1 Cf. por todos a obra seminal de M. B. PEREIRA, *Modernidade e Tempo*, in *Obras Completas*, II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, pp. 334 ss., que seguimos.

2 ID., *ibid.*, p. 335.

3 Cf. ID., *ibid.* e também C. TAYLOR, *L'Âge Séculier*, tr., Paris, Ed. du Seuil, 2011.